

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Planalto prevê nova troca na articulação	2
Título: Eletrobrás preparada para a privatização	4
Título: Pressionado, Evo tenta 4º mandato	5
Título: Moinhos de vento	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: O atraso, a energia solar e as patinetes.....	9
Título: Óleo pode restringir trabalho de 144 mil profissionais da pesca	10
VEÍCULO: O Globo	12
Título: Leilões vão gerar R\$ 22,4 bi em investimentos	12
Título: Tragédia e omissão.....	15
Título: Bolsonaro torce por opositor Mesa, mas em silêncio	16
Título: Crescimento recorde foi eixo da campanha de Morales por 4º mandato.....	17
Título: Auditoria de R\$ 400 milhões só andou após a Lava-Jato.....	20
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	22
Título: Óleo atinge Porto de Galinhas	22

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 20/10/2019****Seção: Política****Autor: Renato Onofre / BRASÍLIA****Título: Planalto prevê nova troca na articulação**

Sem base consolidada e em crise com o próprio partido, Bolsonaro estuda fazer a terceira mudança na interlocução com o Congresso

Em crise com o próprio partido – o PSL, que até então era o mais fiel na Câmara e, nesta semana, rachou em duas alas distintas, sendo que uma delas declarou-se independente – o presidente Jair Bolsonaro estuda promover mudanças na articulação política pela terceira vez em 10 meses de governo. A intenção é garantir um mínimo de apoio que assegure ao Planalto a aprovação de projetos no Congresso. As maiores críticas à articulação partem justamente de parlamentares das bancadas que dão sustentação ao governo, como a ruralista, a evangélica e a da bala.

O racha no PSL em duas alas, uma ligada a Bolsonaro e outra ao presidente nacional da Legenda, o deputado Luciano Bivar (PE), que pode resultar na perda de apoio de mais da metade dos 53 deputados do partido, e a constatação de um PIB (Produto Interno Bruto) fraco anteciparam discussões no Planalto. No diagnóstico de aliados do governo, Bolsonaro corre risco se não mexer rapidamente na equipe que faz a interlocução com a Câmara e com o Senado. Interlocutores do presidente o aconselham a começar a reforma do governo pela “cozinha” do Planalto.

Assim são conhecidos os ministérios que estão fisicamente na sede do Executivo – a Casa Civil, comandada por Onyx Lorenzoni; a Secretaria de Governo, nas mãos de Luiz Eduardo Ramos; a Secretaria- Geral, chefiada por Jorge Oliveira, e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), do general Augusto Heleno. As principais queixas de parlamentares alinhados ao governo são de que a articulação política ficou fragmentada entre essas quatro pastas e, por isso, não funcionou. A proposta agora é que seja unificada tendo um ministro forte no comando das negociações com o Congresso. A portas fechadas, Bolsonaro já admitiu que, sem uma base parlamentar de apoio, o governo ficou dependente da liberação de emendas no varejo para avançar com as pautas no Congresso.

Foi justamente a desarticulação na liberação de emendas o assunto de um diálogo testemunhado pelo Estado na semana passada. No fundo do plenário da Câmara, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS), coordenador da bancada

ruralista, reclamava ao líder com o governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO). “Eu tenho uma proposta oficial do governo. Foram eles que me disseram: Alceu, tu tem isso, isso e isso (referindo-se a verba). E agora não tem mais?”, reclamou o emedebista. Vitor Hugo argumentou que o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, tentava atender o compromisso feito pelo ministro da Casa Civil com o deputado.

Em resposta, Moreira não escondeu a revolta. “O que o Onyx (Lorenzoni) prometeu não vale nada? Não, não, não”, disse ele. “O meu, ele (Ramos) não tira um centavo. Se tirar, vai ter problema”, ameaçou o líder ruralista. Entre os nomes que circulam para assumir a articulação do governo com o Congresso, o mais repetido é o do secretário especial da Previdência, Rogério Marinho. Mas ele, por ora, vai continuar à frente das reformas econômicas, como a administrativa e o pacto federativo. Nas conversas mais reservadas, no Palácio da Alvorada, Bolsonaro tem ouvido que os militares não entendem nada de articulação com o Congresso.

O general Ramos, responsável pela ponte com os deputados e senadores, não teria força com seus colegas de Esplanada para emplacar nomeações ou dinheiro para liberar emendas. Quanto ao ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, a percepção é a de que o ex-juiz da Lava Jato mantém popularidade em alta, mas não consegue avançar no Congresso em medidas de uma área prioritária para o governo. Com isso, Bolsonaro tem perdido essa bandeira do combate à criminalidade para adversários, como o governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), seu já declarado adversário em 2022. O presidente tem ouvido de aliados proposta para separar a pasta de Moro em duas, como ocorreu no governo de Michel Temer. A ideia é que o ministro cuide apenas dos assuntos relacionados à Justiça.

A Segurança Pública seria entregue a um representante da bancada da bala. Aparentemente, Bolsonaro não faz restrições a essa divisão, mas Moro não abre mão da segurança por causa do pacote anticrime. Segundo relatos, apenas cinco dos 22 ministros são considerados intocáveis no governo, hoje. O time de elite inclui Tereza Cristina (Agricultura), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) e Fernando Azevedo e Silva (Defesa). Ao mesmo tempo, Bolsonaro tem evitado embates com Moro, Guedes e com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), visto como figura central na aprovação de projetos da área econômica.

Aceno. Para estancar a crise no PSL e evitar prejuízo em votações Bolsonaro também tem sido orientado a acenar para outros partidos, como o MDB. No

início do mês, ele recebeu o presidente nacional da sigla, deputado Baleia Rossi (SP), e na semana passada colocou o senador Eduardo Gomes (MDB-TO) na liderança do governo no Congresso. Com isso, dois dos três líderes do seu governo são do MDB – além de Gomes, o senador Fernando Bezerra (RN) é líder no Senado. Bolsonaro também tenta se reaproximar do DEM e aliados recomendam que ele ofereça ao partido a pasta de **Minas e Energia, hoje comandada pelo almirante Bento Costa Lima Leite**. Lembram que governos sem boa relação com o Congresso não tiveram vida longa – Jânio Quadros, em 1961, Fernando Collor, em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016, deixaram o Planalto após crises na articulação política. / COLABOROU MATEUS VARGAS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Eletrobrás preparada para a privatização

Anunciada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro como uma das prioridades de seu programa de privatização, a transferência do controle da Eletrobrás para o setor privado ganhou impulso. A aprovação pelo conselho de administração, há dias, do aumento de capital de até R\$ 10 bilhões deixa a estatal preparada para a privatização, na avaliação de seu presidente, Wilson Ferreira Junior. O aumento será feito por meio de emissão de ações, pelo preço unitário de R\$ 35,72 para as novas ações ordinárias e de R\$ 37,50 para as novas ações preferenciais. Esses valores embutem um deságio de 15% sobre a média ponderada da cotação de fechamento dos 30 pregões da B3 que antecederam o dia 7 de outubro.

O valor mínimo de R\$ 4,05 bilhões será subscrito pela União, atual controladora da empresa, por meio da conversão em ações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital concedidos em 2016. De acordo com o presidente da Eletrobrás, o aumento de capital permitirá limpar o balanço da empresa, reforçar seu caixa e melhorar sua capacidade de investimentos. Ferreira Junior falou também da possibilidade de “reversão dos dividendos retidos”. Ao anunciar o lucro de R\$ 13 bilhões no exercício de 2018, a empresa suspendeu a distribuição de R\$ 2,3 bilhões, sob a alegação de não dispor de dinheiro em caixa para distribuir o mínimo estabelecido pela legislação.

Segundo o presidente da estatal, o modelo de aumento de capital aprovado prevê que outra parcela de dividendos, que soma R\$ 1,2 bilhão, poderá ser utilizada pelos acionistas em troca de ações na operação. Isso evitará que a Eletrobrás transfira o valor equivalente para os acionistas. A privatização da principal estatal do setor elétrico está em discussão pelo governo com membros

do Congresso, pois depende de projeto de lei específico. A Eletrobrás vem se preparando para a transferência de seu controle para capitais privados por meio de programas de redução de custos e de corte de pessoal.

Na semana passada, anunciou o início de novo plano de demissão consensual, que tem por meta o desligamento de 1.681 empregados até o fim do ano. Esse programa consta de acordo coletivo de trabalho assinado no Tribunal Superior do Trabalho. O plano terá custo de cerca de R\$ 548 milhões, mas sua execução propiciará economia de R\$ 510 milhões por ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2019

Seção: Internacional

Autor: Luiz Raatz

Título: Pressionado, Evo tenta 4º mandato

Há quase 14 anos no poder, presidente boliviano desafia Constituição e a decisão de um referendo para disputar mais uma eleição

Evo Morales tenta hoje pela quarta vez eleger-se presidente da Bolívia em um cenário mais desfavorável que em suas vitórias anteriores, em 2005, 2009 e 2014. O boom das commodities do início do século 21 chegou ao fim no começo de seu atual mandato e o cenário geopolítico su-americano é diferente dos anos em que governos de esquerda eram maioria no continente. A oposição acusa Evo de usar a máquina do Estado a seu favor e encurtar a campanha para dificultar as chances de rivais de seu partido, o Movimento ao Socialismo, na Assembleia Nacional. “Evo tem ido contra as próprias promessas e usado os recursos que pode para tentar superar a oposição”, disse ao Estado o cientista político Roberto Laserna.

A seu favor, Evo tem os bons números da economia e os indicadores sociais. O país cresceu 5,1%, no ano passado, e a projeção do Fundo Monetário Internacional é de uma expansão da economia de 3,9% este ano. A pobreza caiu de 33% para 15% da população desde que ele assumiu, em 2006. O problema é que o motor desse crescimento, a exportação de gás natural, passará por mudanças. A partir do ano que vem, o contrato entre Bolívia e Brasil terá de ser renegociado e a Petrobrás deu sinais de que pretende importar menos combustível do país vizinho. “Na última eleição, estávamos no auge da bonança econômica. Mas agora o contrato de gás com o Brasil está chegando ao fim e precisamos buscar outras soluções para obter recursos”, afirmou Laserna.

Em 2006, Evo mandou tropas invadirem uma instalação da Petrobrás para anunciar a chamada nacionalização da exploração do gás e do petróleo no país.

Em paralelo, o governo do presidente Jair Bolsonaro já deu indicações de que pretende acabar com o monopólio da Petrobrás na distribuição de gás no Brasil, o que, em tese, abriria o mercado para outras empresas. Com o objetivo de manter boas relações com um vizinho que ocupa o outro lado do espectro ideológico, Evo esteve na posse de Bolsonaro, em janeiro, ao contrário do colega bolivariano Nicolás Maduro. Na ocasião, o boliviano destacou que as relações bilaterais estão acima de divergências políticas.

Duas semanas depois, ele autorizou a extradição do italiano Cesare Battisti para a Itália, num movimento que agradou ao governo brasileiro. O italiano havia fugido do Brasil. “Evo contava com o apoio automático de aliados como Lula, Chávez e os Kirchners. Agora, Evo se relaciona com pessoas que lhe pedem algo em troca ou o pressionam de alguma maneira”, acrescentou o cientista político. “Então, é um contexto desfavorável para ele e seu grupo.” No cenário doméstico, Evo enfrenta um momento ruim. Os incêndios na Amazônia boliviana, em agosto, provocaram críticas de ambientalistas na Bolívia, de lideranças indígenas e de líderes da oposição.

O presidente se apressou em tomar a frente do combate aos incêndios, aceitando ajuda internacional e envolvendo-se pessoalmente na operação para apagar as chamas. Ambientalistas, no entanto, lembraram que, um mês antes, o presidente ampliou de 5 para 20 hectares o limite máximo para um agricultor limpar suas terras com queimadas – uma prática conhecida como “chaqueo”. “O governo reagiu tarde e mal, levou quase duas semanas e não tinha um plano estratégico. Evo Morales colocou sua campanha em primeiro lugar, em vez de governar a Bolívia”, queixou-se Carlos Mesa, maior rival de Morales na corrida presidencial de hoje.

Jornalista e ex-negociador do impasse marítimo entre Chile e Bolívia, Mesa tem a difícil missão de unificar a oposição boliviana e romper a tradicional divisão entre a elite da “meia-lua” – províncias orientais que fazem fronteira com o Brasil e controlam a economia – e os Andes, onde vive a população indígena, base de apoio do presidente. Evo venceu com facilidade as duas últimas eleições, em 2009 e 2014. As pesquisas sugerem que, desta vez, será mais difícil. Segundo o último levantamento sobre a intenção dos eleitores, Evo teria 32% dos votos. O ex-presidente Mesa teria 27%, o que levaria a um segundo turno inédito desde que o presidente chegou ao poder. O levantamento é da Universidade Nacional San Andrés e da Fundação Jubileo.

A maioria das pesquisas, entretanto, ainda considera provável uma vitória em primeiro turno. Se Evo não garantir 50% dos votos válidos, ou 40% dos votos com uma vantagem de 10 pontos percentuais sobre o segundo colocado, terá de encarar um segundo turno em 15 de dezembro. Neste cenário, os partidos de oposição estariam unidos contra ele. Em relação aos meios de comunicação,

Evo adotou leis que pressionaram a imprensa financeiramente, com ameaça de multas de aplicação subjetiva, em vez de adotar uma censura explícita. Evo adotou uma abordagem diferente da estratégia de seu aliado Hugo Chávez no manejo da economia.

A Bolívia evitou a ocupação de terras em larga escala e nacionalizou apenas 33 empresas – a maioria das quais já havia pertencido ao Estado antes de ser vendida por governos anteriores. Bilhões de dólares foram investidos em projetos de infraestrutura que permitiram erguer novas escolas, transporte de massa e mais de 5 mil quilômetros de novas estradas. O progresso é talvez mais visível em La Paz e El Alto, cidades com uma população conjunta de 2,3 milhões. É ali que o avanço econômico deu novas perspectivas à maioria indígena da Bolívia. Em El Alto, localizada a mais de 4 mil metros de altitude, bairros inteiros foram construídos por uma classe ascendente de empreendedores indígenas ou de origem mista.

Segundo eles, Evo quebrou as barreiras para os não brancos, com parcerias que lhes permitiram criar as próprias empresas. A oposição, no entanto, vê um Evo aferrado ao poder, depois de recorrer à Justiça, em 2017, para disputar um novo mandato, mesmo após ter perdido esse direito em um referendo, em 2016. Ele rejeita as críticas. “Já me chamaram de ditador”, disse. “Mas o que meus opositores não conseguem aceitar é que um indígena seja presidente.” / COM WASHINGTON POST

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Vera Magalhães

Título: Moinhos de vento

Uma mancha de óleo turva as águas do mar do Nordeste há mais de 40 dias (na verdade, cientistas estimam que o acidente que levou ao desastre pode ter ocorrido em junho!), sem que o presidente da República se envolva diretamente na adoção de um plano de contingência eficaz para contê-la. A reforma da Previdência, maior feito do governo até aqui e, provavelmente, nos seus quatro anos, está a uma votação de ser concluída, e o mandatário não esboça sequer um comentário a seu respeito, a não ser para lamentar a necessidade de fazê-la. Há quanto tempo não há uma reunião ministerial para coordenar todas as ações do Executivo? A última foi em agosto, e era emergencial para a questão da Amazônia.

Enquanto esses assuntos centrais para o sucesso do governo vão transcorrendo, o presidente duela contra moinhos de vento. Transforma inimigos imaginários

em reais e, num prazo de duas semanas, levou à implosão de seu partido, o já fragmentado PSL, sem que se saiba ao certo o porquê da investida inicial e a utilidade de comprar esta briga neste momento, tanto tempo antes da eleição presidencial. Uma das máximas mais surradas de Brasília é a de que bons presidentes têm a habilidade de tourear crises e fazer com que elas saiam menores do Palácio do Planalto do que entraram. Fernando Henrique Cardoso e Lula eram reconhecidos por esta habilidade, ainda que com diferentes estilos. Fernando Collor e Dilma Rousseff fracassaram na missão.

Bolsonaro, no entanto, também nisso subverte os manuais. É ele o fator gerador de crises absolutamente desnecessárias, supérfluas, grosseiras, de baixíssimo nível. Não raro elas são ocasionadas por sua paranoia, pela sensação, estimulada pelos filhos, de que sempre há alguém querendo sacaneá-lo na esquina seguinte. Que a principal autoridade de um País com as necessidades prementes do Brasil exiba no trato com aliados (sic) tal nível de insegurança e infantilidade é de causar perplexidade a qualquer um. Mas não surpresa. Bolsonaro fez sua vida parlamentar nessa base do relacionamento miúdo com o baixo clero.

Também a construção de um clã político está na raiz de seu estilo, tanto que colocou um filho de 17 anos para disputar uma eleição contra a mãe e derrotá-la para ocupar uma cadeira numa das casas mais corruptas do Brasil. O espantoso foi que, pelo curso da campanha, uma parcela significativa da população brasileira tenha enxergado este personagem como um potencial estadista, pelo simples fato de verem nele as credenciais para derrotar o PT. Portanto, as brigas de botequim que eclodiram no PSL e estão expostas numa aula de anatomia da baixa política aos olhos de cidadãos perplexos nada mais são do que o bolsonarismo em sua essência.

Não se sabe o rumo que a crise vai tomar quando os inimigos alimentados pelo estilo belicoso do presidente resolverem dizer o que sabem dos “verões passados” com o intuito de implodi-lo. Também fica difícil imaginar que base vai surgir a partir dos escombros do PSL. Bolsonaro vai se aproximar finalmente do mainstream, via MDB (que já está chegando para arrumar a bagunça) e DEM? Mesmo isso tem eficácia e prazo de validade mínimos, dado o estilo persecutório e caótico do presidente.

Mais provável é que ele siga como um corpo alheio ao próprio governo, criando tretas inacreditáveis (com correligionários, governadores, prefeitos, presidentes de outros países e quem mais aparecer) enquanto alguns poucos ministros técnicos carregam o piano. Neste caso, só resta torcer para terem êxito, pois o País não aguenta mais quatro anos de crise econômica e desemprego. E esperar que, em 2022, o eleitor saiba enxergar os políticos como eles são, e não como mitos, e faça seu escrutínio em bases mais racionais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 20/10/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Elio Gaspari**Título:** O atraso, a energia solar e as patinetes

O atraso sabe se defender. Ele precisa de tempo e de um debate embaralhado. Se uma coisa não andou num governo, talvez ande no próximo. A Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, apresentou uma proposta para redesenhar as tarifas do mercado de energia solar. Grosseiramente, uma família que mora numa casa e paga R\$ 300 mensais por sua energia pode investir R\$ 15 mil em painéis solares, derrubando sua conta para R\$ 50. Como essa casa está ligada à rede das distribuidoras, elas querem redefinir as normas do mercado, ficando com uma parte do que se economizou.

Desde o ano passado, realizaram-se consultas públicas que duraram até quatro meses, com três reuniões presenciais, em Brasília, São Paulo e Fortaleza. Desse trabalho sobrou muito pouco, e a Aneel apresentou uma nova proposta. Nela, para quem já usa energia solar, até 2030 fica tudo como está. Quem entrar nesse tipo de consumo a partir das novas normas, que viriam em 2020, tomará uma tunga crescente, de 30% a 60% do que vier a poupar.

A conduta da Aneel fica esquisita quando se sabe que a nova consulta pública durará 45 dias e, desta vez, haverá uma só audiência presencial. Seria pressa, vá lá.

Como qualquer assunto relacionado com energia, a discussão das tarifas é coisa complexa. Mesmo assim, sabe-se que a luz do Sol é limpa, produzida pelo Padre Eterno. As distribuidoras sustentam que esse mercado já está maduro e por isso devem cobrar mais de quem está ligado às suas redes.

No Brasil a energia solar está com 0,18% do mercado. O problema do equilíbrio com as tarifas das distribuidoras foi enfrentado em regiões dos Estados Unidos, na Alemanha e na China. Em todos os casos, só se mexeu nas normas depois que a energia solar tomou em torno de 5% do mercado. O que se querem Pindorama é afogar a concorrência do novo.

No lance da Aneel há o interesse específico das distribuidoras. O que se pode dizer da prefeitura de São Paulo aporrinhando as patinetes? Os doutores querem que se definam pontos de estacionamento para elas. Tudo bem, o sujeito pega uma patinete para um percurso de dois quilômetros e depois precisa percorrer mais mil metros para estacioná-la.

Isso acontece numa prefeitura que deveria fiscalizar as caçambas de entulho que se transformam em lixeiras. Desde 2008 uma lei manda que exista um cadastro eletrônico das caçambas. Cadê? Em 2017 a prefeitura (gestão João Doria) prometeu que cada uma dessas lixeiras a céu aberto teria um chip e assim seria possível evitar que elas ficassem nas ruas além dos prazos permitidos. Cadê?

No caso das patinetes o atraso ataca o novo apenas porque ele apareceu.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/10/2019

Seção: Especial

Autor: João Pedro Pitombo e João Valadares

Título: Óleo pode restringir trabalho de 144 mil profissionais da pesca

Manchas já atingiram 187 localidades em 77 municípios do Nordeste

Salvador e Recife- As manchas de óleo que atingem o litoral nordestino desde 30 de agosto têm potencial para restringir o trabalho de até 144 mil pescadores e marisqueiros dos nove estados da região.

Esse é o número de profissionais da pesca cadastrados nas 77 cidades cujo litoral foi atingido pelo óleo, de acordo com dados do Ministério da Agricultura.

Na quarta-feira (16), a ministra Tereza Cristina anunciou que o governo vai antecipar em um mês o pagamento do seguro-defeso para as comunidades de pescadores no Nordeste que tenham sido afetadas pelas manchas de óleo.

O seguro-defeso é um auxílio, no valor de um salário mínimo, concedido a pescadores no período de parada temporária da atividade para a reprodução e preservação das espécies.

O Ministério da Agricultura informou que ainda não é possível estimar quantos pescadores terão benefício antecipado. Os beneficiários serão identificados a partir de um estudo do Ibama sobre as áreas afetadas.

Que diabos está acontecendo com a biodiversidade da Terra?

Se essa pergunta não costuma lhe passar pela cabeça nem tira um pouquinho que seja do seu sono, gentil leitor, esta coluna talvez coloque a proverbial mosca na sua sopa.

Uma análise de 239 estudos publicados indica que, em escala local (ou seja, a que envolve florestas, recifes de corais ou pradarias individuais, por exemplo), temos vivido uma bagunça sem precedentes na diversidade da vida.

Desde o início da chegada das manchas no litoral, no fim de agosto, o Ibama tem orientado os pescadores a não entrarem em contato com o óleo. Parte dos profissionais tem seguido a orientação.

Em Conde, na Bahia, a 181 km de Salvador, os pescadores estão há duas semanas sem ir ao mar, já que há possibilidade de contaminação dos peixes.

“Mesmo que esteja bom para consumo, as pessoas não vão querer comprar o peixe da nossa região”, afirma Genival Batista, presidente da colônia de pescadores de Conde.

A Bahia Pesca, estatal do governo da Bahia, identificou 13.375 pescadores e marisqueiros de oito cidades que foram diretamente afetadas pela chegada do óleo na região e discute ações para reparar os danos das famílias.

O órgão também fará a coleta de peixes e mariscos para a análise da Vigilância Sanitária e Ambiental, que determinará se o pescado é próprio para consumo ou se está contaminado.

Depois de um arrefecimento na chegada das manchas ao litoral, o óleo voltou a aparecer nas praias com mais força na semana passada na BA. Em média, a cada década, quase um terço das espécies de animais e plantas de cada local está sendo simplesmente trocado por representantes de outras espécies.

Sim, parece conversa de doido, mas é o que indica uma pesquisa que acaba de sair na revista especializada Science, uma das mais prestigiosas do mundo. Coordenado por Shane Blowes, do Centro Alemão de Pesquisa Integrativa em Biodiversidade, o trabalho sugere que a crise ambiental que atravessamos é hia, em Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

A praia de Carneiros, considerada, ao lado de Porto de Galinhas, a joia turística do litoral sul pernambucano, amanheceu na sexta (18) coberta de óleo. Só em Pernambuco, 20 toneladas de óleo foram recolhidas até agora.

O local é um dos mais procurados pelos turistas de várias partes do país. Diante do caos, donos de pousadas e hotéis se juntaram a pescadores e moradores da região para retirar em um mutirão o material poluente.

Segundo a Abav (Associação Brasileira de Agências de Viagens), que monitora a situação nas praias há duas semanas, o movimento em outubro, mês de baixa temporada no Nordeste, está dentro do esperado. A entidade diz que, até o momento, não houve cancelamentos.

A Decolar também afirmou, em nota, que não registrou desistências e disse que “os destinos nordestinos continuam no ranking dos mais procurados pelos brasileiros”.

O biólogo Clemente Coelho Júnior, conselheiro da área de preservação ambiental Costa dos Corais, em Pernambuco e Alagoas, afirma que os danos muito mais complicada do que o mero desaparecimento de algumas espécies ou a diminuição drástica de suas populações.

Nas palavras de JSlowes e de seus colaboradores, estamos presenciando uma “ampla reorganização com posicional” da diversidade de seres vivos em cada lugar. Trocando em miúdos, as relações entre plantas, presas e predadores (entre outros; a lista está muito longe de ser exaustiva), construídas ao longo de milhares de anos de evoluambientais são permanentes e muitas vezes invisíveis.

Ele explica que, com o tempo, o óleo passa por um processo de decomposição: vai ficando mais denso e libera metais pesados e outras substâncias tóxicas.

No total, 187 pontos em 77 municípios do Nordeste foram atingidos até sexta (18).

Em Alagoas, o material chegou à praia e à área de proteção ambiental de Maragogi, uma das praias mais conhecidas e visitadas do estado.

O petróleo também cobriu a praia de Japaratinga, no mesmo estado, a qual já havia sido afetada no início de setembro. No local, há um projeto de conservação para proteção do peixe-boi, espécie ameaçada de extinção.

Em Sergipe, 17 praias e oito rios foram atingidos pelas manchas. Apenas em Aracaju, foram recolhidas 231 toneladas de óleo.

Na Bahia, o óleo atingiu esta semana 11 praias de Salvador, incluindo pontos turísticos como o Farol da Barra. Até às 18h desta sexta-feira, 90 toneladas de óleo haviam sido recolhidas na capital. As manchas chegaram também à baía de Todos-os-Santos.

Colaborou Bruno Lee, de São Paulo

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/10/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Leilões vão gerar R\$ 22,4 bi em investimentos

Ritmo de concessões é considerado positivo por especialistas, mas montante representa, por enquanto, apenas 10% de tudo o que o governo pretende entregar à iniciativa privada até 2022. Votações no Congresso podem viabilizar mais projetos

BRASÍLIA- Os leilões de concessões de infraestrutura e energia elétrica já realizados pelo governo Jair Bolsonaro irão garantir R\$ 22,4 bilhões em investimentos da iniciativa privada nos próximos anos, além de gastos obrigatórios com manutenção e operação. Um único leilão de energia realizado na sexta-feira vai gerar investimentos de R\$ 11,1 bilhões e ampliar a geração de eletricidade através de diversas fontes, como eólica, solar, hidrelétrica e térmica. Ao todo, já foram 20 leilões nos setores de portos, aeroportos, ferrovia, rodovia e energia elétrica.

Para especialistas, o resultado é positivo, mas o governo precisa manter o ritmo nos próximos anos, já que esses leilões representam apenas 10% de tudo o que o governo pretende repassar à iniciativa privada até 2022.

CARTEIRA DE R\$ 230 BI

Com as contas públicas no vermelho, privatizar o maior número possível de ativos foi a maneira encontrada pelo governo para garantir investimentos em áreas estratégicas.

Os leilões também representaram um suspiro para as contas do Tesouro. Os pagamentos que as empresas fizeram à União somam R\$ 5,8 bilhões só este ano. Os editais preveem também remunerações mensais ao longo das concessões. Isso fará a arrecadação final subir para cerca de R\$ 8 bilhões ao fim dos contratos.

Até 2022, o governo tem na carteira leilões que podem gerar mais de R\$ 230 bilhões em investimentos ao longo dos contratos. Nessas contas não estão incluídos os leilões de petróleo e gás. Parte do sucesso do programa, porém, ainda depende do andamento de projetos no Congresso. Deputados e senadores analisam propostas que podem destinar projetos nas áreas de ferrovias, gás natural, energia elétrica e saneamento.

— É um número ótimo. A tendência é continuar nesse ritmo. No mundo, há muito capital que precisa ser investido, e o Brasil acaba sendo uma boa opção — diz a advogada Renata de Abreu Martins, sócia do escritório Siqueira Castro.

O governo conseguiu repassar para empresas privadas a administração de uma série de aeroportos, como os de Recife, Maceió, Aracaju, Vitória e Macaé. Os terminais licitados representam 9,5% do mercado doméstico e atendem 20 milhões de passageiros ao ano.

A equipe do Ministério da Infraestrutura conseguiu também leiloar o principal trecho da Ferrovia Norte-Sul. O trecho tem 1.537 quilômetros e liga Estrela d'Oeste, em São Paulo, a Porto Nacional, em Tocantins, passando por Minas Gerais e Goiás. Licitações de ferrovias são consideradas complexas e difíceis no Brasil. O país tem pouca experiência na área, e a legislação nesse tipo de certame é considerada frágil quando comparada à de outros modais, como aeroportos e rodovias.

Por isso, o governo tenta aprovar no Congresso uma mudança na lei que permita a construção de ferrovias pelo modelo de autorização, em que o governo fará primeiro uma chamada pública de interessados, o que pode aumentar os investimentos no setor.

Diferentemente da concessão, pelo modelo de autorização, o investidor é dono da infraestrutura, e o serviço que presta é regulado.

Foram leiloadas ainda treze áreas em portos de Pará, Espírito Santo, Paraíba e São Paulo. Para Cláudio Frischtak, da Inter.B consultoria, o país continua sendo muito atraente para investidores de infraestrutura, pelo tamanho do seu território e pelo excesso de demanda no setor, além da limitação do poder público. Ele destaca, porém, que parte importante da agenda está no Congresso.

— O Executivo não vai resolver sozinho. A agenda do Legislativo em infraestrutura é muito importante — afirmou.

Entre os projetos, estão propostas para aumentar investimentos em saneamento básico, setor elétrico, gás natural, ferrovias e rodovias.

— É possível aumentar em 0,3 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) o volume de investimentos em infraestrutura anualmente a partir do ano que vem, ampliando o esforço de concessões com a agenda do Congresso — estima Frischtak.

Hoje, o investimento em infraestrutura é de apenas 1,8% do PIB, acrescentou.

CONTRATO EM DÓLAR

Outro ponto que precisa passar pelo Congresso, destacado pela especialista do escritório Siqueira Castro, é a criação de um mecanismo de proteção cambial para as concessões. Por exemplo, a dolarização desses contratos.

Na prateleira, o governo tem o desafio de acelerar os estudos e os leilões. A meta é alta. O objetivo é leiloar 16 mil quilômetros de rodovias federais, com investimento previsto de R\$ 137 bilhões; investir R\$ 62 bilhões em ferrovias

novas e em atualização de contratos que já estão em vigor; mais leilões de portos, aeroportos e do setor elétrico.

Com uma lista desse tamanho, Pablo Sorj, sócio especialista em infraestrutura do Mattos Filho, alerta para a necessidade de coordenar os projetos para evitar que leilões sejam esvaziados por competição com outros.

— Não é interessante, por exemplo, ter um leilão de rodovia federal e estadual muito próximos — afirmou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Bernardo Mello Franco

Título: Tragédia e omissão

E o maior desastre ambiental registrado na costa brasileira. As manchas de óleo que começaram a aparecer em setembro já se espalham por nove estados e 2.200 quilômetros de litoral. Devastam a vida marinha, ameaçam o sustento de pescadores e atingem paraísos ecológicos como a Praia dos Carneiros, em Pernambuco, e a Praia do Forte, na Bahia.

Depois de quase dois meses, o poder público ainda parece imóvel diante da tragédia. “O governo não sabe absolutamente nada. Não conhece a origem do óleo, não tem ideia de como recolhê-lo e não apresenta medidas para mitigar os danos”, afirma o presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Fabiano Contarato (Rede-ES).

Na quinta-feira, ele comandou uma audiência pública com representantes da Marinha e dos ministérios do Meio Ambiente e de **Minas e Energia**. Ficou frustrado com a falta de informações e de planos de ação. “Saímos com mais perguntas do que respostas”, resume.

Para o senador, o presidente tem se omitido diante do caso. “Ele já deveria ter decretado estado de emergência ambiental há muito tempo. Até hoje, ele nem sequer se dignou a visitar ou sobrevoar a região”, critica.

Na sexta-feira, Jair Bolsonaro insinuou que o vazamento teria sido uma “ação criminosa” para prejudicar o próximo leilão do pré-sal. “Com base em que ele afirmou isso? É uma precipitação irresponsável. Parece que o presidente tem mania de perseguição”, reage Contarato. Ele diz que o fato de o óleo ter características semelhantes ao extraído na Venezuela não resolve o enigma. “Isso não quer dizer nada, porque os venezuelanos exportam para vários países”, afirma.

O Ministério Público Federal acusa a União de se omitir diante da gravidade do problema. Na sexta-feira, uma juíza de Sergipe determinou que o Ibama aumente o número de funcionários envolvidos na limpeza das praias. Em abril, Bolsonaro extinguiu dois comitês ligados ao plano de ação contra vazamentos de óleo. Em outra frente, o governo tem reduzido investimentos em preservação e fiscalização ambiental.

“O Brasil não aprende com as tragédias. O desastre de Mariana vai fazer quatro anos. Não mudamos as leis e não reforçamos a fiscalização. Pelo contrário: o país só enfraquece os órgãos de controle”, diz Contarato. O senador vê um clima de indiferença sobre o assunto. “O país não se mobiliza contra o desmonte dos órgãos ambientais. O mundo está preocupado, mas nós não estamos”, observa.

O desinteresse também contamina o Senado. Na quarta-feira, o presidente da Comissão de Meio Ambiente precisou cancelar a sessão porque nenhum dos 34 colegas marcou presença. No dia seguinte, a audiência sobre o vazamento de óleo teve poucas testemunhas. Dos 27 senadores do Nordeste, só quatro deram as caras.

“O Legislativo também está sendo omisso e conivente”, diz Comparato, que se licenciou do cargo de delegado de polícia para assumir o primeiro mandato eletivo. “Quando ocorre uma tragédia, os políticos querem aparecer. Na hora de discutir o que fazer, a maioria some”, protesta.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/10/2019

Seção: O Mundo

Autor: ELIANE OLIVEIRA -BRASÍLIA

Título: Bolsonaro torce por opositor Mesa, mas em silêncio

Brasil reduz importações gasíferas, e governo prevê bases mais vantajosas na renovação do contrato de 1999

O governo do presidente Jair Bolsonaro torce em silêncio pelo centrista Carlos Mesa, ex-presidente da Bolívia e principal adversário de Evo Morales nas eleições deste domingo. Aliado do venezuelano Nicolás Maduro, Morales não conta com a simpatia da direita brasileira.

Ao contrário da Argentina, em que faz campanha pela reeleição de Mauricio Macri, o Brasil prefere a discrição em relação à Bolívia. Segundo uma fonte do governo brasileiro, uma das razões é a relação de interdependência entre os dois países, mesmo que em menor grau do que em anos anteriores, na compra do gás boliviano.

Fundamental para as contas públicas da Bolívia, a importação de gás daquele país pelo Brasil vem diminuindo. De janeiro a setembro deste ano, as importações caíram 25% em relação ao mesmo período de 2018. Segundo técnicos do governo, essa queda se deve, principalmente, a dois fatores: a queda dos preços de óleo e gás no mercado externo e o aumento da produção doméstica. O Brasil, que chegou a importar US\$ 4 bilhões em gás natural em 2013, agora tem superávit com o país andino.

No fim deste ano, vence o contrato de exportação de gás natural boliviano para o Brasil, firmado em 1999. Vital para a Bolívia, o contrato será renovado, informam fontes do governo brasileiro, “mas em bases mais vantajosas para o Brasil”, que há 20 anos patinava no setor. A Argentina, segundo maior importador do gás boliviano, também deverá reduzir suas compras, já que começa a explorar gás de xisto.

O contrato em vigor prevê a importação pelo Brasil de 30 milhões de metros cúbicos por dia, volume que pode cair para 20 milhões nos próximos anos. O governo lançou o Programa do Novo Mercado de Gás, com medidas para reduzir o preço do produto, entre elas garantir o acesso de empresas privadas à infraestrutura de escoamento e transporte, hoje dominada pela Petrobra

Segundo o diretor de estudos de petróleo, gás e biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), José Mauro Ferreira Coelho, as medidas tomadas pelo governo são importantes para o crescimento da economia brasileira. Nesse contexto, disse, a renegociação do contrato também deve ajudara tornar o preço do gás mais competitivo:

— Haverá mais gás do pré-sal, mas o gás boliviano ainda poderá ser competitivo em um novo acordo — disse.

Para Eduardo Viola, da Universidade de Brasília, ao evitar falar sobre as eleições na Bolívia, o governo Bolsonaro segue o princípio de não intervenção em assuntos internos. Essa tradição, disse, foi rompida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a apoiar Morales nas campanhas eleitorais.

— No caso da Bolívia, o pragmatismo predominou — disse Viola.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/10/2019

Seção: O Mundo

Autor: MARINA GONÇALVES

Título: Crescimento recorde foi eixo da campanha de Morales por 4º mandato

Queda das exportações de gás, porém, desarranja contas públicas e acende sinal amarelo na economia da Bolívia

De orientação socialista, com uma linguagem populista, mas responsável por uma gestão considerada ortodoxa das contas públicas, o presidente da Bolívia, Evo Morales, fez do avanço econômico e social a base do seu pleito por um quarto e controvertido mandato presidencial na eleição deste domingo. Nos quase 14 anos em que está no poder, o país cresceu mais e de modo mais estável do que os vizinhos, a pobreza caiu pela metade e a maioria indígena — Morales é de origem aimará — foi incluída no mercado e na política.

— Com o irmão Álvaro [García Linera, seu vice], pedimos cinco anos mais para aproveitar nossa experiência, terminar as grandes obras em petroquímica, ferro e lítio e baixar a pobreza para menos de 5% —disse Morales ao encerrar sua campanha na última quarta-feira.

— Meu sonho é que a Bolívia continue sendo a primeira em crescimento na América do Sul.

Apesar da bonança, analistas econômicos advertem que a queda das exportações de gás, que chegou a 25% nos primeiros sete meses deste ano, vem agravando uma deterioração das contas públicas que representará desafios para o próximo presidente, seja quem for eleito.

NACIONALIZAÇÃO

A hoje reconhecida prudência fiscal do governo Morales começou com uma medida pouco ortodoxa: a nacionalização da exploração do gás, ocorrida em pleno boom das commodities, aos cinco meses do seu primeiro mandato, em 2006. A renegociação forçada dos contratos com as petrolíferas estrangeiras que atuavam no país, incluindo a Petrobras, significou o aumento dos impostos e royalties, irrigando os cofres do Estado boliviano. Com o dinheiro extra, Morales recompensou sua base com o aumento dos gastos sociais, que por sua vez fortaleceram o consumo.

Hoje, 51,5% dos bolivianos se beneficiam de programas de transferência de renda, com bolsas que ajudam apagar de material e transporte escolar a moradias sociais. De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a pobreza caiu de 60% para 34%, e a extrema pobreza passou de 38% para 15%. O salário mínimo nacional teve aumento significativo, passando do equivalente a US\$ 54 em 2005 para US\$ 305, subindo do último para o quinto lugar na região.

SETOR PRIVADO

Ao mesmo tempo, o governo manteve as contas em dia quando os preços das commodities estavam mais altos, e, na direção oposta da maioria dos vizinhos sul-americanos, conseguiu sustentar um crescimento médio de 4,9% depois que eles começaram a cair, no início desta década.

— Diferentemente de outros bolivarianos, Evo fez uma gestão bastante ortodoxa, não gastando acima de suas possibilidades, o que mantém o nível de reservas e crescimento — destacou Carlos Malamud, analista para a América Latinado Real Instituto Elcano, da Espanha. — Sua linguagem é muito populista, mas, diferentemente de Rafael Correa e Hugo Chávez [ex-presidentes do Equador e da Venezuela], ele flertou muito pouco com o socialismo do século XXI.

Uma diferença marcante em relação a Chávez foi a boa relação estabelecida por Morales com os empresários. O Estado reforçou seu controle sobre setores considerados estratégicos — petróleo e gás, mineração e eletricidade —, mas deu ampla liberdade de ação às grandes empresas industriais, comerciais e financeiras, como observa o analista boliviano Fernando Molina em artigo recente na revista argentina Nueva Sociedad. Em 14 anos, o patrimônio dos bancos nacionais cresceu 260%, passando de US\$ 700 milhões para US\$ 2,55 bilhões.

Além disso, diz Molina, houve um “pacto de coexistência” com os pequenos empreendimentos artesanais e comerciais, “que empregam mais de 60% da força de trabalho, mas não cumprem as leis trabalhistas e tributárias do país”.

— Evo é um pragmático desde o primeiro mandato e segue equilibrando posições com vistas a eliminar chances do surgimento de oposições, dentro e fora da Bolívia

— disse Marcelo Coutinho, professor associado da UFRJ.

Outro aspecto destacado por Molina é o controle da inflação e a desdolarização — enquanto no início dos anos 2000 só 3% dos depósitos no país eram denominados em bolivianos, a moeda local, hoje essa proporção é de 94%.

DEPENDÊNCIA DO GÁS

Ainda assim, os analistas econômicos têm chamado atenção para a piora gradual das contas públicas, provocada pela alta dependência das exportações do gás e de minerais, a despeito dos esforços do governo para investir na indústria petroquímica e na produção de baterias de lítio, do qual a Bolívia detém uma das maiores reservas mundiais.

Com a queda do valor das vendas de gás — e a redução do volume comprado por Brasil e Argentina, os principais clientes do produto —, o déficit comercial boliviano cresceu. A balança da conta corrente — a diferença entre todo o dinheiro que entra e sai do país — passou de um superávit de 1,7% do PIB para um déficit de 4,8%. São US\$ 2 bilhões a menos por ano, que reduzem as reservas bolivianas de divisas. O déficit orçamentário chegou a 8% do PIB e a dívida pública, a 54% do PIB.

Esses números levam economistas a pregarem um ajuste, com a redução dos investimentos públicos — responsáveis pelo déficit no Orçamento — e das importações, o que reduziria o crescimento. Em relatório recente, o Fundo Monetário Internacional advertiu que “o modelo de sucesso foi baseado em fatores que não são sustentáveis”¹ — O desempenho relativamente estável e sólido da Bolívia nos últimos anos e os números das manchetes são um pouco enganadores porque, em nossa opinião, refletem políticas que parecem cada vez mais insustentáveis — disse Todd Martinez, diretor da Fitch Ratings, em entrevista coletiva em junho.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/10/2019

Seção: O País

Autor: LEANDRO PRAZERES E VINÍCIUS SASSINE

Título: Auditoria de R\$ 400 milhões só andou após a Lava-Jato

Investigação interna na Eletrobras identificou superfaturamento em obras, mas esquema foi revelado pela operação

Uma investigação interna contratada pela Eletrobras constatou superfaturamentos milionários em obras da estatal, como Belo Monte e Angra 3, em diversos estados; um esquema massivo de destruição de provas por executivos; e vazamento de informações e diversos indícios de má gestão na condução da estatal.

Apesar de ter custado mais de R\$ 400 milhões aos cofres da companhia e ter usado empresas especializadas em espionagem como a Kroll, a investigação comandada pelo escritório americano Hogan Lovells não conseguiu detectar sozinha esquemas de pagamento de propina e formação de cartel em obras que foram, posteriormente, revelados somente pelas investigações conduzidas pela Operação Lava-Jato.

Um exemplo é o caso das usinas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia. Nos relatórios produzidos pela Hogan Lovells, em outubro de 2016, os

investigadores afirmam que não haviam conseguido encontrar evidências de que qualquer ato de corrupção relacionado aos empreendimentos. Os relatórios das investigações, que vinham sendo mantidos sob sigilo até o início deste mês, foram obtidos pelo GLOBO.

“Apesar da ampla investigação do Ministério Público Federal, dos diversos documentos públicos disponíveis até agora e da grande cobertura da mídia sobre essa investigação, o time de investigação (da Hogan Lovells) não encontrou alegações de corrupção, pagamento de propina ou formação de cartel relacionada a Jirau”, relata o documento.

A mesma conclusão foi feita em relação a Santo Antônio. Apenas seis meses depois, no entanto, a divulgação dos acordos de colaboração premiada de executivos da Odebrecht revelou o que a Hogan Lovells não conseguiu detectar: que as empreiteiras ligadas às duas hidrelétricas (Odebrecht e Andrade Gutierrez) pagaram propina relacionada a essas obras.

Um exemplo é o relatório sobre Belo Monte. Toda a estimativa do escritório sobre os prejuízos causados por esquemas de corrupção teve como base as informações divulgadas de acordos de colaboração premiada firmados pela Operação Lava-Jato.

A investigação, que começou em 2015, só foi finalizada em 2018. No total, dez empreendimentos foram analisados, entre eles as usinas nucleares de Angra 1, 2 e 3 e uma série de usinas hidrelétricas como as de Belo Monte, no Pará, Santo Antônio e Jirau, em Rondônia. Além de buscar indícios de corrupção, os investigadores também procuraram identificar outros tipos de irregularidades.

Um dos relatórios produzidos pela Hogan Lovells é o que se debruça sobre irregularidades na usina de Belo Monte. A Eletrobras tem 15% das ações da Norte Energia, consórcio que comanda a usina.

DADOS APAGADOS

No documento, entregue à Eletrobras em outubro de 2016, os investigadores estimaram o tamanho do prejuízo causado pela corrupção à companhia nesse empreendimento. De acordo com as estimativas do escritório, a corrupção em Belo Monte tinha custado pelo menos R\$ 165 milhões.

Os investigadores da empresa constataram que HDs, servidores de e-mails, computadores e dispositivos como telefones celulares tiveram dados apagados logo após os casos de corrupção na estatal virem à tona.

Apesar de ter custado mais de R\$ 400 milhões aos cofres da empresa estatal, a Eletrobras tentou, a todo custo, manter os relatórios produzidos pela Hogan

Lovells sob sigilo. Os documentos só vieram à tona em outubro deste ano e, depois, por força de uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU).

O ministro Bruno Dantas concedeu medida cautelar tirando o sigilo dos documentos, mas a estatal recorreu. No plenário, os ministros do TCU acataram atese de Dantas e determinaram o fim do sigilo dos papéis.

A reportagem enviou questionamentos à Eletrobras, à Hogan Lovells e ao escritório da ex-ministra Ellen Gracie, que comanda o comitê especial de investigação montado pela estatal para apurar irregularidades na empresa. Em nota, a Eletrobras mostrou ignorar que os relatórios da Hogan Lovells já haviam sido tornado públicos. “Informamos que os relatórios produzidos no âmbito da investigação independente que teve curso na Eletrobras encontram-se classificados como confidenciais [...] neste sentido, não podemos comentar nenhum aspecto específico”, diz um trecho da nota.

Em outro trecho, a Eletrobras diz que “contribui, de forma proativa e constante, em diversas frentes, fornecendo informações irrestritas a todas as autoridades interessadas”. A Hogan Lovells e o escritório de Ellen Gracie não responderam às questões enviadas até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/10/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Óleo atinge Porto de Galinhas

A orla de Ipojuca, onde fica Porto de Galinhas e outros destinos famosos do litoral pernambucano, amanheceu, ontem, coberta por manchas de óleo. A substância voltou a aparecer na região com a força das marés e atingiu principalmente a Praia de Maracaípe. Mais de 20 toneladas do produto, que se espalhou desde o Maranhão até a Bahia, já foram retiradas das praias de Pernambuco, segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade. A origem do óleo, cujo vazamento foi identificado no início de setembro, ainda não foi descoberta.

A prefeitura de Ipojuca afirma que os 33 quilômetros do litoral estão sendo monitorados com 70 câmeras e uma equipe de agentes do meio ambiente. O órgão também diz ter instalado barreiras de contenção no Rio Maracaípe, para “tentar minimizar o impacto ambiental no estuário e evitar que o óleo adentre no rio”.

O Comitê Gestor de Crise da prefeitura de Ipojuca convidou voluntários para ajudar na limpeza das praias e alertou que o trabalho deve ser realizado com

luvas de proteção e calças fechadas para evitar contato direto com a substância tóxica. A recomendação é para guardar o material em baldes ou sacos plásticos, que devem ser recolhidos pela prefeitura.

Na última sexta-feira, arrecifes próximos à Praia dos Carneiros, em Tamandaré (a 56 quilômetros de Ipojuca), foram atingidos pelo óleo, o que influencia na produção de oxigênio, segundo Pâmella Nogueira, mestre em gestão de áreas protegidas.

MME / ASCOM .